

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

AJUSTE FISCAL E ASSENTAMENTO RURAIS: CONSIDERAÇÕES PERANTE O DESMONTE DA POLÍTICA AGRÁRIA BRASILEIRA

Ilena Felipe Barros¹

João Batista de Lima Martins Neto²

RESUMO

O artigo a ser apresentado analisa os impactos do Ajuste Fiscal na política de Reforma Agrária, sendo elaborado a partir de estudos dos Planos Plurianuais de 2012/2015 e 2016/2019, dentro do recorte histórico de 2014 a 2018. Essa pesquisa abarcou estudos bibliográficos, tratamentos e análises documentais como também construção de análises comparativas dos sucessivos governos desde a instituição do Ajuste Fiscal no Brasil, nos anos de 1990 até a finalização do governo de Michel Temer, em dezembro de 2018.

Palavras-chave: Ajuste Fiscal; Reforma agrária; assentamentos rurais; Neoliberalismo; Concentração fundiária.

ABSTRACT

The article to be presented analyzes the impacts of the Fiscal Adjustment on the Agrarian Reform policy, being elaborated from studies of the Multi-Year Plans of 2012/2015 and 2016/2019, within the historical period from 2014 to 2018. This research covered bibliographical studies, treatments and document analyzes as well as construction of comparative analyzes of successive governments since the institution of the Fiscal Adjustment in Brazil, in the 1990s until the end of the Michel Temer government, in December 2018.

Keywords: Fiscal adjustment; Agrarian reform; rural settlements; Neoliberalism; Land concentration.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Doutora em Serviço Social; ilena.felipe@ufrn.br.

² Universidade Federal do Rio Grande do Norte; graduando em Serviço Social; joao.neto.107@ufrn.edu.br

PROMOÇÃO



1 INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte dos resultados da pesquisa “As implicações do ajuste fiscal na efetivação das políticas sociais, no agravamento da pobreza e na desigualdade social”, desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Questão Social, Política Social e Serviço Social, do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com apoio CNPq. As análises que serão apresentadas dizem respeito a Política de Reforma Agrária e possui o objetivo de analisar as implicações do ajuste fiscal na efetivação da referida política social.

Para a concretização dessa análise, foram realizados estudos sobre a questão agrária brasileira, agronegócio, assentamentos rurais e ajuste fiscal. Todos esses estudos contribuíram para a melhor compreensão do debate, além de exemplificar que os temas sofreram diversas modificações ao longo do tempo.

O período estudado é marcado pelo agravamento das ações do ajuste fiscal que reflete em ações como: cortes orçamentários, e institucionalização de mecanismos de fomento a restrição de recursos, resultando no desmonte das políticas de desenvolvimento rural e Reforma Agrária. O ajuste fiscal, pode ser compreendido como uma estratégia capitalista utilizada durante as crises cíclicas do capital, e no Brasil, as questões sobre ele foram iniciadas na década de 1980, mas só se consolidou durante a década de 90.

A estruturação desse artigo apresenta-se do seguinte modo: 1. Ajuste fiscal no Brasil: breves considerações, 2. Reforma Agrária e Ajuste fiscal, 3. Considerações finais. Ao longo do texto se discorre sobre os principais entraves perante a política de Reforma Agrária ocorrida desde o início do mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso até a gestão do presidente Michel Temer, que assumiu a presidência da República após o impeachment da presidente Dilma Rousseff. Desta forma, se apresenta as ações realizadas pelo Estado no quesito reforma agrária no Brasil.

2 AJUSTE FISCAL NO BRASIL: BREVES CONSIDERAÇÕES

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

O Brasil, após o fim da ditadura militar, em 1985, viveu um período conhecido como construção da constituinte nacional que fazia referência a Assembleia Nacional Constituinte na qual se elaborou e materializou a atual Constituição Federal. A mesma, buscou assegurar direitos e deveres para todos, além de também determinar como seria a participação do Estado, nas três esferas do governo, perante as ações de impacto social, político e econômico. Apesar da Constituição fixar a alocação de recursos que cada esfera governamental deve executar, a Carta Magna nacional não é suficiente para garantir a aplicação destes e efetivar direitos pois há mecanismos passíveis de alteração e favorecimento para alguns setores.

Uma das maiores implicações para a utilização desses artifícios perpassa por partidos e ideologias até, finalmente, ocupar espaço no congresso, ou seja, os entraves políticos da sociabilidade capitalista são decisivos para as definições, atuações e resultados que o Estado pode proporcionar a sua população. No Brasil, os pensamentos que chegaram ao congresso foram instituídos pelo governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, na qual eclodiu as privatizações das estatais através do Programa Nacional de Desestatização³ (PND).

A presença do Estado na economia é resultante das circunstâncias para o desenvolvimento nacional, em nosso país, o Estado possuía empresas em setores estratégicos da economia (telecomunicações, siderúrgicas e empresas energéticas). Porém, a produtividade dessas empresas apresenta duas conclusões, a primeira é caracterizada na globalização do capital, onde o domínio nacional de empresas estratégicas reduz os níveis de dependência externa do país, já a segunda conclusão atravessa a mesma lógica capitalista, pois setores produtivos são fonte de receita e o processo de privatização fomenta a acumulação capitalista de grande corporações.

³ Conforme Saurin e Pereira (1998), o principal objetivo do programa perpassa por três viés: pôr um fim à expansão desordenada do setor público; a implantação de atividades sistemáticas de controle das empresas estatais e a criação das condições necessárias para transferência do controle de empresas para o setor privado.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Assim como a intervenção estatal na economia, a desnacionalização econômica de um país são resultados de escolhas políticas que condizem com os objetivos ideológicos da representação do governo. O caso brasileiro mostra que a influência externa foi um dos fatores para que a agenda neoliberal fosse pautada e utilizada como “moeda de troca” para o progresso nacional. Essa ação fez com que o Brasil não ampliasse seu setor industrial e retornasse à categoria de agroexportador ficando à mercê das necessidades de outros países.

Os determinantes para o retroceder à economia colonial foram elaborados pelos países desenvolvidos que, em teoria, buscavam ajudar os países em desenvolvimento através do Receituário Neoliberal, elaborado durante o Consenso de Washington, com a fixação dessa regulamentação, as nações conseguiriam romper com os bloqueios do seu crescimento, dentre as propostas para o sucesso, se determinou que os países deveriam incentivar a abertura financeira para o capital estrangeiro, promover a liberdade comercial e diminuir o tamanho do Estado através da redução em gastos públicos, privatizações e contenção orçamentária, tudo para que se fosse garantido o superávit primário através dos “resultados de crescimento” baseados em metas agroexportadoras que, em sua maioria, ampliam a dependência econômica do país. De tal forma, a década de 90 serviu como alicerce para a construção do Ajuste Fiscal.

No Brasil, ele se apresenta como uma estratégia de enfrentamento das crises cíclicas do capital, dentre as consequências da sua utilização temos o agravamento da “questão social”, presente através das elevadas taxas de desemprego, empecilhos na democratização de serviços de saúde e educação e na baixa cobertura assistencial perante os direitos trabalhistas e sociais.

A configuração desse mecanismo de regulação do capital, impõe a obtenção de resultados primários positivos, na prática isso quer dizer que a sobra entre as receitas e despesas do Estado devem, obrigatoriamente, serem destinadas a dívida pública e não a esfera da seguridade social mostrando a face do capitalismo que

PROMOÇÃO



APOIO



não objetiva a garantia dos direitos institucionais. Pois, como afirma Paulani (2016 p. 71)

Em períodos em que a economia não vai bem, temos a queda da arrecadação tributária o que impõe ao governo a escolha entre bons resultados primários, com prejuízos na prestação de serviços públicos e das políticas públicas, ou a não obtenção desse resultado e a garantia da manutenção dos serviços e políticas públicas o que favorece a população mas não estimula o “mercado”.

Na fase dos governos petistas⁴ a agenda neoliberalista do Brasil foi reduzida. E, enquanto tivemos a ampliação das políticas e programas sociais ofertados pelo Estado em áreas como alimentação, assistência, educação, habitação e ciência (destaque para a ampliação e fortalecimento da rede de ensino brasileira que potencializou as instituições de ensino do país através da ampliação dos IFs e UFs) também tivemos o favorecimento das Parcerias Público Privadas (PPPs) que concedem as iniciativa privadas a prestação de serviços públicos reduzindo a obrigação estatal e terceirizando suas responsabilidades.

Com esses feitos pode-se denominar esse recorte da história do Brasil de governo neodesenvolvimentista. Porém, merece destaque a informação que a combinação entre uma agenda neoliberal e instituição de políticas sociais de alto impacto possuem um caráter contraditório, pois aumenta a importância da presença do Estado na economia que exige uma maior regulamentação das instâncias socioeconômicas também fortalece e amplia os direitos sociais garantidos pela CF de 1988 (PAULANI, 2016 p. 76). Assim, os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) tornaram-se uma expressão da política de conciliação de classes.

A finalização dos governos petistas foi marcada com o impeachment da Presidente Dilma Rousseff em agosto de 2016, desta forma a gestão da Republica ficou sob a responsabilidade do então vice-presidente, Michel Temer do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), em sua gestão, o presidente Temer aplicou, de forma gradual, sua agenda política baseada no conservadorismo e redução dos gastos estatais.

⁴ Governo do presidente Lula (2003-2011) e Governo da presidente Dilma (2011-2016).

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



O resultado dessa escolha foi o desmonte do Estado e a redução orçamentária na seguridade social. Para isso, foi necessário o governo dialogar com sua “base aliada” no congresso, o resultado desses momentos foi materializado no documento chamado Ponte para o Futuro, o objetivo deste documento consistia em criticar o governo Dilma e mostrar que o PMDB, na pessoa de Michel Temer, seria a solução para o crescimento do país, pois, usaria como conduta a pauta neoliberal que as gestões passadas deixaram de lado.

As 19 páginas do documento apresenta cinco eixos que devem ser priorizados para o Brasil ser o “país do futuro” não limitando-se às privatizações como forma de aumentar a receita nacional. O objetivo dessa pauta foi a retenção orçamentária para os programas sociais e as políticas públicas que eclodiram nas gestões anteriores e, como já mencionado, o Estado tinha sua relevância na efetivação destes.

Behring (2018) analisa e compara esse documento com a proposta de reforma do Estado de 1995. A proposta, idealizada por Fernando Henrique Cardoso, foi apresentada ao Brasil após o Plano Real e tinha como base o ajuste fiscal, justificando que o problema do país estava localizado nas ações do Estado e que seria necessário reformá-lo para atender às novas demandas do desenvolvimento. Para a autora, a *Ponte para o futuro* foi uma espécie de atualização da proposta de FHC.

Chama a atenção, o fato que a primeira pauta elencada por esse documento é sobre a questão fiscal, evidenciando as intenções dos seus elaboradores que compreendem que o crescimento econômico está associado à redução de gastos da União. Para tanto, Michel Temer aplicou como solução a Emenda Constitucional nº 95, popularmente denominada como a PEC do teto de gastos, congelando os gastos do Estado no campo da seguridade social por 20 anos. Validando assim, a fala de Loureiro (2001 p. 76):

Em países democráticos, a conduta fiscal dos governos é sempre sensível às reações do eleitorado e às demandas dos grupos de pressão. Todavia, alguns são mais efetivos e ágeis do que outros em

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



corrigir o déficit orçamentário ou controlar o endividamento. A literatura tem indicado que as variações nas políticas macroeconômicas dependem de diferentes fatores. Uma “primeira geração” de teorias enfatizava a orientação ideológica do partido no poder: governos de direita adotariam políticas monetárias e fiscais mais restritivas, com cortes acentuados no orçamento, enquanto os de esquerda tenderiam a políticas mais expansionistas, de orientação keynesiana. Os primeiros estariam mais atentos à estabilidade monetária e os segundos mais preocupados em reduzir o desemprego.

Logo, pode-se afirmar que o período em que o Brasil esteve sob a administração de Temer teve o crescimento do neoliberalismo, instituindo um novo regime fiscal limitando as ações de fomento e proteção aos brasileiros mais vulneráveis economicamente.

3 REFORMA AGRÁRIA E AJUSTE FISCAL

Historicamente a estrutura fundiária do Brasil reforça princípios oligárquicos, renovados conforme o passar dos anos. Desde o “descobrimento”, as terras brasileiras foram expropriadas dos povos originários e tornaram-se propriedade de uma minoria elitista escolhida, em um primeiro momento, de acordo com sua detenção de capital. Podemos afirmar que este foi o embrião latifundiário brasileiro o qual engatinhou até 1850 com a promulgação da lei de terras. A mesma tinha dois grandes objetivos: manter a estrutura fundiária e impedir os menos favorecidos (pessoas escravizadas em liberdade e pobres imigrantes) de se tornarem pequenos proprietários. Mesmo depois de quase 200 anos, a questão agrária nesse país se prorroga baseada nos mesmos problemas, desta vez com maiores complexidades, conquistadas através do apoio das ações institucionais de acordo com a liderança da nação.

Atualmente, esse histórico, ocasiona dificuldades para o desenvolvimento do meio rural. A reforma agrária emerge como uma possível solução para esse entrave pois, não busca-se somente a distribuição da terra perpassando a distribuição de renda.

Feitas essas considerações iniciais a respeito da questão agrária no Brasil, cabe ressaltar que até o presente momento, o Brasil não teve reforma agrária, pois

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



as propostas de reforma agrária apresentadas foram apenas soluções pontuais com o objetivo de resolver conflitos sociais que pudessem se tornar problemas para o governo. Os processos de destinação de terras para trabalhadores rurais que se foi proposto ao país se assemelham mais a processos de colonização e regularização fundiária do que reforma agrária, pois, basicamente, foi destinar imóveis da união para projetos de assentamentos, devido a larga escala dessas ações os assentamentos rurais passaram a ser sinônimo de reforma agrária e não parte do processo.

Sabe-se que o país possui um marco institucional e jurídico que prevê como devem ser as atividades da federação. A Constituição Federal de 1988, define que todo imóvel deve exercer com sua função social, ou será destinada a desapropriação para fins de reforma agrária. Mesmo assim, com o passar dos anos, apesar das expectativas de redução da concentração de terras, as áreas rurais continuavam com latifúndios. Logo, os movimentos sociais do campo e partidos políticos (sobretudo os de esquerda) passaram a colocar em suas agendas a necessidade da realização, mesmo que minimamente, de uma reforma agrária nacional.

Nos anos 90, a pauta da reforma agrária foi “paralisada” e o governo de Fernando Collor (1990-1992) utilizou de artifícios, legítimos, para instituir obstáculos, com embasamento legal, à sua não realização. Essa foi mais uma derrota política para a distribuição de terras no Brasil, mesmo assim, o tema cresceu no debate nacional, conforme afirma Miralha (2012):

Apesar das derrotas políticas os movimentos sociais de luta pela terra, principalmente o MST, com o apoio da CPT, seguiram crescendo e se expandindo pelo território nacional aumentando o número de integrantes e simpatizantes que, por consequência amplia o poder de pressão, principalmente, por meio de ocupações e realização de acampamentos em grandes fazendas improdutivas ou com títulos de propriedade contestados. Assim, em meados da década de 1990 o MST atinge uma repercussão nacional com ocupações de várias fazendas, principalmente no Pontal do Paranapanema, passando assim a entrar na mídia e ganhar boa parte da opinião pública a seu favor. (MIRALHA, 2012 p. 161)

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A pressão dos movimentos sociais do campo, a partir dos anos 90, reforçou a necessidade da intervenção do Estado nos processos de desapropriações de terras. O que fez o governo, contraditório, de Fernando Henrique Cardoso, intensificar a implantação dos assentamentos rurais pelo Brasil. O primeiro mandato de FHC buscou eliminar os conflitos por terra, o que resultou no elevado número de famílias assentadas, assim o governo passou a defender a ideia de que não havia mais latifúndios em terras brasileiras do mesmo jeito que não existiam mais famílias sem-terra (FERNANDES, 2003) o que não passou de uma falácia, pois o governo nunca teve um programa de reforma agrária, apenas elaborou projetos de assentamentos como um mecanismo para a redução das ocupações no campo.

O governo de Lula (2003-2011), o qual sucedeu a gestão FHC, tinha, desde a campanha, a promessa de realização da reforma agrária, essa pode ser uma das possíveis justificativas para que tenha sido a gestão em que mais se teve famílias assentadas na história do país. O feito não é somente resultado da gestão, apesar desta ter grande contribuição, ele perpassa pelo entendimento da população acerca da desapropriação garantida pela Constituição Federal de 1988, que para acontecer seria necessário pressionar o governo.

Ainda no primeiro ano de seu mandato, o presidente Lula instituiu o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que buscava cumprir as promessas da campanha e tinha como objetivo a garantia do acesso à terra, saúde, educação, saneamento e energia para as comunidades do campo.

Contudo, a presença do neoliberalismo ainda pairava sobre o Brasil, e desde FHC o avanço das pautas neoliberais ocasionou um enorme refluxo dos movimentos sindicais e camponeses, enquanto a elite agrária criava táticas para destacar a benevolência do agronegócio tentando omitir a presença do latifúndio, utilizando o “mercado” como escudo. Conforme destaca Fernandes (2003, p 3)

Ainda, nessa nova conjuntura política, os ruralistas também criaram a tática de transferir a questão agrária do território da política, do campo dos direitos dos trabalhadores, para o território do mercado e do capital, onde os trabalhadores são plenamente subalternos. Uma das

PROMOÇÃO



APOIO



artes do pensamento neoliberal é que a superação do conflito é possível via mercado. Na verdade, esse argumento procura criar uma relação de dependência e, portanto, de dominação. É uma visão linear de um processo desigual, explícito na questão agrária.

As ações do governo Lula com relação à reforma agrária, não foram feitas através da política desapropriatória, pelo contrário, seguiu passos semelhantes ao de FHC. A “reforma agrária” realizada foi feita através da regularização fundiária em áreas de ocupação, desta forma, o governo não interferiu em terras ocupadas pelo agronegócio, ou seja, mais uma vez o país teve medidas paliativas e não o enfrentamento da questão agrária, o que resultou em drástica restringência dos movimentos sociais, de acordo com Fernandes:

A opção política do governo Lula de não fazer a reforma agrária por meio da desapropriação, e sim, principalmente, por meio da regularização fundiária, gerou um problema para os movimentos camponeses que mais atuam nas ocupações de terra [...] A predominância da criação de assentamentos por meio da regularização fundiária fez com que o tempo de acampamento das famílias aumentasse consideravelmente. Sem conquistas, muitas famílias abandonam os acampamentos, o que diminui a pressão contra o governo. (FERNANDES, 2008 p 81)

Com o fim do governo Lula e a eleição de Dilma, aliada política do ex-presidente, ficou destacada a continuidade dos planos que foram idealizados nos anos liderados por Luiz Inácio. Porém, foi na gestão Dilma que, o pouco de realização nos termos da reforma agrária passou pelo processo de enfraquecimento e, como será mostrado no gráfico 01, o número de assentamentos criados/implantados, que já apresentava aspectos de redução, tornou-se menor ainda.

No primeiro ano do seu segundo mandato (2015), Dilma não havia realizado nenhuma desapropriação, mas no ano seguinte, a presidente assinou 21 decretos desapropriatórios, uma área pouco maior que 35 mil hectares. Há quem afirme que essa foi uma estratégia de reaproximação com os movimentos sociais do campo, pois, o processo de impeachment já entrava em debate e, diferente do seu

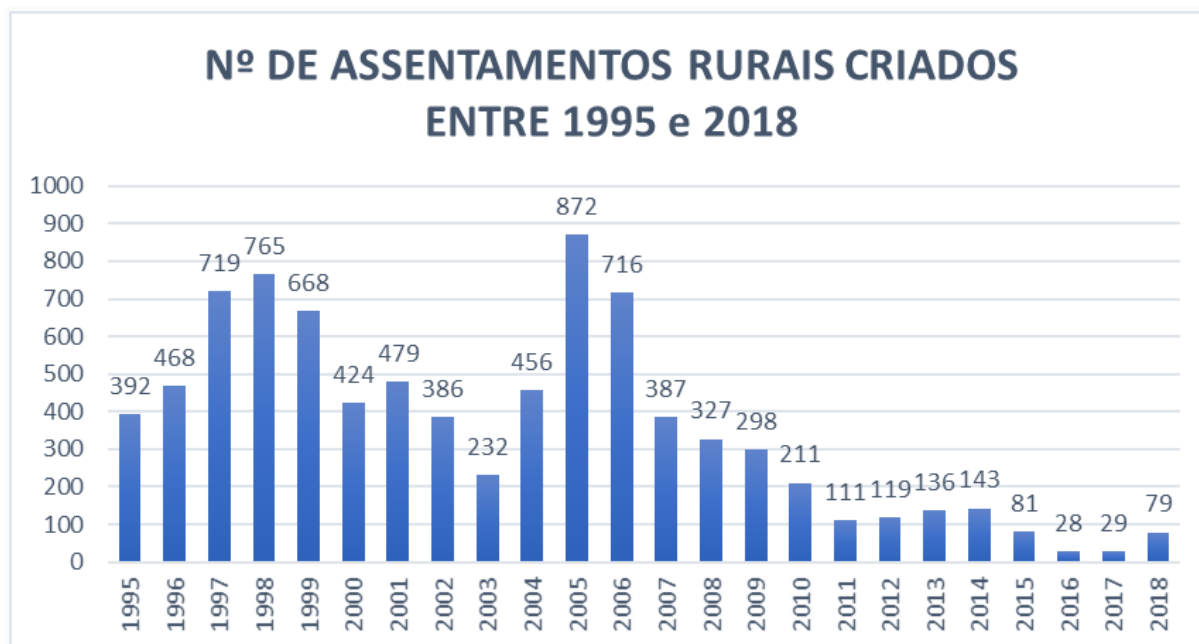
PROMOÇÃO



APOIO

antecessor, a presidente deixou a ideia da redistribuição de terras de lado o que provocou o descontentamento dos movimentos sociais.

Gráfico 01



Fonte: DataLuta, banco de dados da Luta Pela Terra, 2020, adaptado pelos autores.

Os dados exemplificam o que se foi apresentado até o momento. Através dele é possível enxergar que, durante o período estudado, o governo que mais criou assentamentos foi o de Luiz Inácio, durante o seu primeiro mandato, mas mesmo assim, durante sua gestão a criação de assentamentos rurais teve uma drástica queda enquanto os anos geridos pela presidente Dilma, demonstrou manter-se linear até o início de seu segundo mandato.

O cenário político brasileiro durante os governos já citados (FHC, Lula e Dilma), demonstrou que a elite agrária brasileira já se articulava em busca de garantir a predominância latifundiária e que os governos se mantiveram alheios a situação, perpetuando o domínio da burguesia agrária.

No ano de 2016, inicia-se o governo Temer, este fora fruto do impeachment cometido contra a presidente Dilma. Nesse cenário, o Brasil se encontrava sob a responsabilidade de um dos seus piores gestores e os projetos de realização de



uma reforma agrária nacional foram acometidos por processos que perpetuaram a concentração da terra, a renda e a riqueza no campo brasileiro.

Mesmo que tenha sido empossado como presidente somente em agosto de 2016, Michel Temer já ocupava a função de presidente da república desde maio do dito ano, quando Dilma foi afastada. Nesse contexto, a gestão deste chefe da nação já demonstrava que seus objetivos agrários estavam alinhados com os objetivos do agronegócio.

A aliança com o agronegócio, foi demonstrada pela extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrária, o cancelamento de demarcações e desapropriações de terras indígenas, quilombolas e para fins de reforma agrária. As implicações deste governo com o desenvolvimento do campo brasileiro não foram somente essas, Michel Temer foi ainda mais longe do que o esperado, as ações já citadas foram apenas as primeiras reivindicações propostas pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA)⁵ que o governo acatou.

Ainda em 2016, a FPA e o Instituto de Pensar Agropecuária (IPA), publicaram a chamada “Pauta Positiva - Biênio 2016-2017” assinado por mais de 30 associações relacionadas ao agronegócio. O documento, apresenta-se como uma carta de descontentamento com o governo Dilma ao mesmo tempo que faz exigências para que o novo presidente derrube os entraves para o desenvolvimento das capacidades produtivas do setor.

Como forma de materializar os pedidos da pauta foram utilizados mecanismos institucionais para sua viabilização, são eles: o Acórdão do TCU nº 775/2016, que determina a suspensão da concessão de benefícios da reforma agrária e a atualização da Pauta de Valores da Terra Nua, que eleva o valor das propriedades privadas que serão adquiridas pela União e destinadas a desapropriações. Ambas, podem ser definidas como estratégias institucionais para a redução, e até mesmo paralisação, do que se conhece por reforma agrária no Brasil.

⁵ Nome oficial da Banca Ruralista.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



As reformas administrativas que aconteceram no Estado desde 2016 evidenciaram a significativa mudança na direção das prioridades do governo. Os estudos observaram que durante o período da liderança de Temer as atividades de reforma agrária foram, basicamente, a emissão de Títulos de Domínio da área que garante ao beneficiário o status de proprietário do território e que ele pode usá-lo para o que bem entender sem interferência do INCRA. Ou seja, o imóvel sobre o qual o TD é emitido perde a responsabilidade da autarquia e passa a ser propriedade privada.

Assim, a reforma agrária deixa de ser uma política de reorganização da estrutura fundiária e da produção agrícola do país, e torna-se uma limitada política de emissão de títulos, enquanto o agronegócio propaga a narrativa de que os assentamentos representam uma ameaça à propriedade privada. E, assim como terras indígenas e territórios quilombolas, assentamentos rurais são obstáculos que precisam ser erradicados para o desenvolvimento do agronegócio.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que a questão agrária no Brasil, desde o período colonial está relacionada aos interesses das classes dominantes, assim como às prioridades do Estado. Neste trabalho é possível compreender como se foi dado a inserção da política fiscal na política de reforma agrária, apesar do conceito de realização de reforma agrária ser além da destinação de terras a análise histórica do tema permitiu evidenciar que no país, a criação de assentamentos rurais se tornou sinônimo de realização da reforma agrária, não uma prática, necessária, para sua execução.

Outra compreensão que foi destacada no decorrer do artigo é que, sem a pressão dos movimentos sociais e a participação popular no debate, a reforma agrária permanecerá como um “sonho distante” na qual o governo buscará driblá-la para entrar em confronto com latifundiários e empresários do meio rural. Também se apresenta que o enfraquecimento da pressão sob o governo, atrelado ao autoritarismo da gestão reduz, de forma extrema, a realização de conquistas

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



sociais, pois, o Estado faz uso de instrumentos e mecanismos legítimos para validar suas ações, e até mesmo impedir a possibilidade de execução de suas metas. Como é o caso dos anos governados por Michel Temer.

Por fim, pode-se afirmar que as ações realizadas pelo Estado no quesito reforma agrária, foram feitas de formas pontuais e programadas nos governos que foram empossados através de eleições democráticas mantendo uma boa relação entre o governo e sociedade civil, enquanto o último governo apresentado não buscou gerir a nação através do diálogo e a participação popular.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo. A política agrária do governo Temer: a pá de cal na agonizante reforma agrária brasileira. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v. 12, n. 2, p. 308-325, 2018.

AUGUSTINHO, Sonia Maria; DE OLIVEIRA, Antonio Gonçalves; DE LIMA, Isaura Alberton. A “contabilidade criativa” e a inscrição de restos a pagar como “expediente” para alcançar o superávit primário. **REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 3, n. 4, p. 127-147, 2013.

BEHRING, ELAINE ROSSETTI. Neoliberalismo, ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 1, n. 1, 2018.

CATTELAN, Renata; DE MORAES, Marcelo Lopes; ROSSONI, Roger Alexandre. A REFORMA AGRÁRIA NOS CICLOS POLÍTICOS DO BRASIL (1995–2019)/Agrarian reform in political cycles of Brazil (1995–2019)/Reforma agraria en los ciclos de Brasil (1995–2019). **REVISTA NERA**, n. 55, p. 138-164, 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Reforma agrária no governo Lula: a esperança. **Texto elaborado em setembro de, 2003.**

FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **Revista Osal**, v. 9, n. 24, 2008.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



INSTITUTO PENSAR AGROPECUÁRIA; FRENTE PARLAMENTAR MISTA DA AGROPECUÁRIA. Pauta positiva: biênio 2016/2017. Brasília, 2016.

LOUREIRO, Maria Rita. Instituições, política e ajuste fiscal: o Brasil em perspectiva comparada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 16, p. 75-96, 2001.

MIRALHA, Wagner. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Revista Nera**, n. 8, p. 151-172, 2012.

PAULANI, Leda Maria. Uma ponte para o abismo. **Por que gritamos golpe**, v. 1, 2016. IN JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murito (Ed.). **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. Boitempo, 2016.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. Uma ponte para o futuro. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015a. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3359700/mod_resource/content/0/Brasil%20-%20Uma%20ponte%20para%20o%20futuro%20Funda%C3%A7%C3%A3o%20Ulysses%20Guimar%C3%A3es.pdf . Acesso em: 18 jun. 2023.

SAURIN, Valter; PEREIRA, Breno Augusto D. O programa nacional de desestatização: aspectos relevantes da política de privatização. **Ciências da Administração**, v. 1, p. 43-59, 1998.

SILVA, Iris Karine dos Santos et al. A reforma agrária no Governo Dilma. 2017.

VAZ, Flávio José Tonelli. O ajuste fiscal efetivado no decorrer do Plano Real e suas repercussões na autonomia federativa. **Universidade do Legislativo Brasileiro**, 2008.

PROMOÇÃO

